

**PROCURADOR FEDERAL
DE 2.^a CATEGORIA**

**2.^a Etapa
CURSO DE FORMAÇÃO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.**
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:**
Os que parecem menos aptos são muitas vezes os mais eficientes.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.**
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.**
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.**
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.**

AGENDA (datas prováveis)

- I 29/10/2010**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/aneel2010.
- II 30 e 31/10/2010** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

Julgue os itens seguintes, acerca da dívida ativa.

- 1 A certidão de dívida ativa é o título extraído após a inscrição do crédito em dívida ativa, vencidas as possibilidades de cobrança amigável.
- 2 A inscrição em dívida ativa é atividade administrativa discricionária, e ao interessado são asseguradas a garantia do devido processo legal e a oportunidade de defesa.

Acerca dos meios alternativos de cobrança, julgue o item abaixo.

- 3 A competência dos cartórios para protestar títulos de crédito é limitada aos de natureza cambial, como cheques, letras de câmbio e notas promissórias.

Julgue os itens a seguir, relativos a acréscimos legais, encargos e imputação de pagamento nos créditos da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

- 4 Cabe à legislação específica de cada autarquia ou fundação pública federal a fixação dos termos temporais em que se tem por devida a caracterização de não pagamento do crédito tributário no prazo devido.
- 5 O crédito fiscal é regido pelos princípios da indivisibilidade e da unidade, e a imputação de seu pagamento obedece às regras previstas no Código Civil.

Acerca das infrações penais e administrativas, julgue os itens seguintes.

- 6 Sobre o procedimento administrativo pendente de julgamento e paralisado há mais de três anos incidirá a prescrição intercorrente.
- 7 A lei que regula o processo administrativo federal prevê expressamente que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Julgue os itens que se subseguem, a respeito do ressarcimento ao erário.

- 8 Nas ações de improbidade contra ato praticado por agente público no âmbito de autarquia ou fundação pública federal, a atuação da PGF depende de autorização da Procuradoria Federal junto a tais entidades.
- 9 Sempre que a administração pública adotar as providências cabíveis para assegurar o ressarcimento ao erário, ao tomar conhecimento da irregularidade ou ilegalidade na gestão de recursos públicos, será prescindível dar ciência do respectivo ato ao tribunal de contas.

Julgue os próximos itens, referentes às ações regressivas acidentárias.

- 10 O procedimento de instrução prévia representa a fase pré-processual da ação regressiva acidentária e tem por finalidade identificar a ocorrência dos pressupostos fáticos que viabilizem o ajuizamento da ação regressiva acidentária.
- 11 Nas ações regressivas acidentárias, havendo pluralidade de réus, com diferentes domicílios, a ação deverá ser necessariamente proposta no foro do domicílio de um dos réus, à escolha do autor.

Com base na Lei n.º 8.213/1991, julgue os itens a seguir.

- 12 O tempo de serviço a ser averbado para fins de concessão da aposentadoria por tempo de contribuição pode ser comprovado mediante o procedimento de justificação administrativa ou judicial.
- 13 A sentença condenatória trabalhista pode ser utilizada como início de prova material referente ao tempo de serviço que se pretende comprovar, ainda que o INSS não integre o processo judicial no curso do qual seja prolatada a decisão.
- 14 Pelo ordenamento jurídico atualmente vigente, a concessão de aposentadoria especial exige a comprovação da exposição efetiva, habitual e permanente do segurado aos agentes agressivos, não sendo suficiente apenas o seu enquadramento em determinada categoria profissional.
- 15 Quando o segurado, ao se filiar ao sistema previdenciário, já for portador de doença ou lesão, fará jus à aposentadoria por invalidez apenas se a incapacidade decorrer de agravamento ou progressão dessa doença ou de lesão posterior à filiação.
- 16 Somente será devido o auxílio-doença se a incapacidade do segurado impedir que ele exerça atividade que lhe garanta subsistência. Assim, o impedimento ao exercício de atividade habitual não assegura o recebimento desse auxílio.
- 17 Em razão da imprevisibilidade que caracteriza os benefícios por incapacidade, não se aplica, em seu cálculo, o fator previdenciário.
- 18 Será devido o auxílio-acidente ao segurado se este sofrer perda total e definitiva da capacidade para o trabalho.
- 19 É devido o auxílio-acidente ao segurado mesmo que o acidente causador da sua incapacidade para o trabalho não se relacione com sua atividade laboral, bastando que do acidente resultem sequelas que impliquem redução da habitual capacidade para o trabalho.
- 20 O auxílio-acidente tem caráter indenizatório, ao contrário do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, que têm caráter substitutivo do salário do segurado.
- 21 Para a comprovação do tempo de serviço rural, é admitida a prova exclusivamente testemunhal.
- 22 O tempo de trabalho rural do servidor público, para ser averbado pelo INSS e utilizado na contagem recíproca de tempo de serviço para o regime próprio de previdência social, depende de prévia indenização a essa autarquia previdenciária.
- 23 O fator previdenciário se aplica a todas as aposentadorias por tempo de contribuição concedidas a partir da lei que o instituiu, ainda que os requisitos para a concessão da aposentadoria tenham sido preenchidos antes da vigência da referida lei.
- 24 No regime geral de previdência social, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à edição da Lei n.º 8.213/1991, inclusive para efeito de carência.

Conforme a jurisprudência pacificada no âmbito do STF, julgue o item abaixo.

25 O cálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário pode ser revisto para aplicação de lei superveniente à sua concessão, desde que mais benéfica ao segurado.

Julgue os itens de 26 a 35, relativos aos tópicos de desenvolvimento agrário e desapropriações.

26 Preenchendo-se os requisitos da Lei n.º 11.952/2009, a área pública federal poderá ser regularizada mesmo que o seu ocupante não comprove qualquer ocupação anterior a 2004.

27 Os títulos referentes às áreas de até quatro módulos fiscais são intransferíveis e inegociáveis pelo prazo de dez anos; já os títulos referentes às áreas superiores a quatro módulos fiscais podem ser transferidos a terceiros, desde que o beneficiário originário esteja cumprindo as obrigações constantes do título, tenham decorrido três anos da titulação, a transferência tenha sido aprovada pelo órgão expedidor do título e o terceiro preencha os requisitos previstos no Decreto n.º 6.992/2009, conforme disposto na Lei n.º 11.952/2009.

28 A regularização fundiária urbana é atribuída ao estado-membro, que deve expedir título de domínio ou de concessão de direito real de uso ao ocupante da área. Esse tipo de regularização fundiária pode dar-se por alienação gratuita à pessoa natural que atenda às condições elencadas na Lei n.º 11.952/2009; por alienação gratuita a órgãos e entidades da administração pública estadual; por alienação onerosa, precedida de licitação com direito de preferência ao ocupante de área superior a 1.000 m² e inferior a 5.000 m²; e por venda precedida de licitação, nos demais casos.

29 A propriedade, para não sofrer a desapropriação-sanção, deve cumprir, simultaneamente, os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

30 No que se refere à Amazônia Legal, a Lei n.º 11.952/2009 prevê duas formas de regularização fundiária: alienação da área ao seu ocupante, para aquelas áreas que podem ser vendidas, e concessão real de uso, para as áreas insuscetíveis de alienação.

31 De acordo com a legislação vigente, o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não pode ser vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência. Essa regra impeditiva não permite temperamentos, mesmo que a invasão seja de parte ínfima do imóvel.

32 O Poder Judiciário pode denegar a imissão na posse em três hipóteses: em caso de dúvida fundada em relação à produtividade do imóvel; em razão da plausível existência de vícios nos motivos determinantes da desapropriação agrária, inclusive desatenção ao princípio da razoabilidade e ao direito à ampla defesa que assiste ao expropriado na esfera administrativa; e por não observância aos pressupostos processuais e condições da ação. Da decisão denegatória da imissão da posse cabe agravo de instrumento.

33 A compra e a venda de imóveis rurais para reforma agrária caracterizam-se, principalmente, pelo pagamento da indenização da terra nua em dinheiro.

34 São características distintivas do rito especial e sumário da desapropriação agrária a imissão do INCRA na posse do imóvel expropriando no início da demanda; a limitação do litígio ao montante da indenização, deixando para ação própria a discussão dos motivos determinantes da desapropriação; a possibilidade de transação sobre o valor da justa indenização, e a realização de prova pericial adstrita aos pontos efetivamente impugnados do laudo de vistoria e avaliação que acompanha a petição inicial.

35 O controle de legalidade do decreto de desapropriação é feito unicamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No que concerne ao indigenato, julgue os itens a seguir.

36 O indigenato, como fonte primária da posse territorial, é direito congênito que os indígenas possuem sobre as terras que ocupam.

37 As terras indígenas são bens da União, o que lhes confere atributos que preservam a sua integridade, já que são inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis.

38 A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), posteriormente substituída pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi criada no início do século XX.

39 Para os povos indígenas, o direito à terra tem *status* de direito fundamental, já que se inclui entre o mínimo necessário à sua preservação cultural e à sua identidade coletiva.

Considerando o laudo antropológico como instrumento de defesa criminal dos indígenas, julgue os seguintes itens.

- 40 A realização do laudo antropológico garante a participação das partes em simétrica paridade, tutelando-se o direito à ampla defesa e observando-se o princípio do devido processo legal.
- 41 O laudo antropológico é o instrumento técnico que permite ao juiz analisar como a sociedade não indígena avalia o ilícito penal praticado pelo autóctone.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e no Estatuto do Índio, julgue os itens que se seguem, a respeito da competência e da aplicação da lei penal.

- 42 Será tolerada a aplicação pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, mesmo que se revistam de caráter cruel ou infamante. A pena de morte, contudo, é proibida em qualquer caso.
- 43 Compete exclusivamente ao STF processar e o julgar as demandas que envolvam questões ligadas aos direitos dos autóctones relacionados a seus costumes, suas tradições, sua cultura, suas crenças, suas línguas e à prática de fatos típicos.

A respeito do princípio da gratuidade no ensino público e do direito à ampla defesa, julgue os próximos itens.

- 44 O Poder Judiciário tem entendido que o procedimento de jubramento de aluno por decurso do período máximo de conclusão do curso não se submete ao contraditório e à ampla defesa.
- 45 As universidades defendem a cobrança das mensalidades em cursos de especialização sob a alegação de que esses cursos não conferem grau acadêmico, mediante diploma, mas apenas certificado.

Com relação às instituições de ensino, instituições científicas e fundações de apoio, julgue os itens subsequentes.

- 46 A atuação das fundações de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura limita-se às obras laboratoriais, à aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica.
- 47 Desenvolvimento institucional refere-se a programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que induzem à melhoria mensurável das condições das instituições federais de ensino superior e das instituições científicas e tecnológicas, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão.

No que concerne à admissão de títulos universitários no MERCOSUL, julgue o item a seguir.

- 48 O Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados-Partes do MERCOSUL proíbe taxativamente a modalidade de admissão automática, admitindo, apenas, a admissão condicionada.

Julgue os itens que se seguem, relativos a medidas judiciais de competência originária dos tribunais.

- 49 Segundo o atual posicionamento do STF, a prolação de juízo negativo de admissibilidade de recurso tem o poder de postergar o trânsito em julgado da decisão, o que impõe, como termo inicial para a contagem do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória, o último julgamento proferido no processo.
- 50 Havendo demonstração da grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o pedido de suspensão tem o condão de reformar, anular ou desconstituir a decisão impugnada.
- 51 De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), compete ao presidente do tribunal recorrido apreciar medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso extraordinário sobrestado por tratar de matéria de repercussão geral.

A respeito da reclamação constitucional, julgue os itens subsequentes.

- 52 Conforme previsto na CF, cabe reclamação para o STF, STJ, Tribunal Superior do Trabalho, bem como para os tribunais de justiça.
- 53 Considere que determinado estado-membro tenha ajuizado, na justiça federal, ação contra a União, visando a obtenção de provimento jurisdicional que lhe assegurasse o direito de não recolher parcelas relativas a contrato de refinanciamento de dívida firmado com o ente central e que a autoridade julgadora tenha determinado a citação da União. Nessa situação, é cabível o ajuizamento de reclamação constitucional dirigida ao STF.

Julgue os itens seguintes, relativos a licitações.

- 54 É permitida a subcontratação total do objeto do contrato, desde que o terceiro assuma, por escrito, o compromisso de executar a totalidade do objeto assumido pelo contratante.
- 55 Se a administração desejar contratar serviços de engenharia e obras no valor de R\$ 250.000,00, deverá realizar procedimento licitatório na modalidade tomada de preços.
- 56 Quando o valor da contratação indicar a realização de convite, a administração não poderá utilizar as modalidades tomada de preço e concorrência.
- 57 Nos casos de parcelamento do objeto da licitação, devem ser somados os valores de todos os itens para a definição da modalidade licitatória adequada.

Com referência aos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 58 A aplicação de penalidades pela administração decorre do exercício do direito de fiscalização e é autoexecutória.
- 59 A administração pública possui a prerrogativa de modificar e rescindir unilateralmente o contrato administrativo.
- 60 O instrumento do contrato é sempre obrigatório após a realização de um procedimento licitatório.

Com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue os itens a seguir.

- 61 O SNUC é o conjunto organizado de áreas naturais protegidas. O objetivo desse sistema, planejado, manejado e gerenciado como um todo, é viabilizar os propósitos nacionais de conservação.
- 62 Os objetivos do SNUC incluem promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.
- 63 Em todas as unidades da Federação, o poder público deve definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

Acerca das categorias estabelecidas pelo SNUC, julgue os itens que se seguem.

- 64 A estação ecológica e a reserva biológica são unidades de proteção integral.
- 65 O monumento natural e o refúgio de vida silvestre são exemplos de unidades de uso sustentável.
- 66 As unidades de proteção integral objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Julgue os próximos itens, relativos às áreas de preservação permanente (APP) e à reserva legal.

- 67 Reserva legal é a área localizada nas imediações de uma propriedade urbana e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e à reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas.
- 68 Ato do poder público que cria as APP impede a utilização normal da propriedade. Por isso, caso venha a instituí-las, o poder público fica obrigado a indenizar o particular.

No que concerne à ação de desapropriação indireta, gestão de unidades de conservação e caducidade do decreto de criação dessas unidades, julgue os itens a seguir.

- 69 A declaração de utilidade pública não é ato vinculado cuja execução é imposta pela CF ou por lei específica. Por isso, o decurso do prazo de caducidade previsto para situações genéricas sempre obsta a desapropriação dos imóveis particulares inseridos na área protegida.
- 70 A desapropriação indireta consiste no apossamento fático de bens privados pelo poder público, mediante autorização legal ou judicial.
- 71 O plano de manejo é o mais importante instrumento de gestão das unidades de conservação instituído pela Lei do SNUC.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos servidores públicos.

- 72 A absorção de parcelas concedidas pelo Poder Judiciário não atenta contra o princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- 73 As gratificações de desempenho seguem o princípio da eficiência e objetivam o incentivo aos servidores, buscando a melhoria de seu desempenho.
- 74 Se uma gratificação de desempenho for concedida a servidores ativos, a mesma parcela também deverá ser estendida aos servidores inativos.
- 75 Os pagamentos advindos de provimentos judiciais referentes a planos econômicos devem ser incorporados tomando-se como base a aplicação contínua e automática de percentuais parametrizados sobre todas as parcelas salariais do servidor.

Julgue os itens subsequentes, relativos à atividade econômica.

- 76 O interesse público em relação à atividade econômica deve pautar-se na eficiência alocativa dos mercados. A identificação do referido interesse tende a alcançar melhores resultados quando a formação da política é antecedida da exclusiva intervenção das autoridades.
- 77 De acordo com a doutrina, uma das características da economia de mercado consiste no fato de que o Estado pode orientar e influenciar a economia por intermédio de políticas, porém sem cunho determinante.

No que se refere à licitação e ao contrato de concessão de bloco para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, julgue o seguinte item.

- 78 Qualquer empresa que atenda aos requisitos técnicos, financeiros e jurídicos, estrangeira ou brasileira, pode participar da licitação de bloco para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, sendo certo que o contrato de concessão subsequente constitui típico contrato administrativo sobre o qual incidem todas as normas do direito administrativo.

Julgue os itens a seguir, relativos aos *royalties* devidos pela exploração de petróleo e gás natural.

- 79 A ANP tem competência para fixar a alíquota básica dos *royalties*.
- 80 São devidos *royalties* aos municípios onde se localizem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou gás natural tanto em terra quanto no mar, bem como aos municípios que sejam afetados pelas operações realizadas nas aludidas instalações.